

Algumas notas sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais após o golpe de 1964



Marco Antonio dos Santos Teixeira

Mestrando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo:

Após o golpe de 1964 iniciou-se um período de refluxo nas lutas no campo fluminense. Todavia, já em 1965, o sindicalismo rural retomava algumas atividades, centrando-se, sobretudo, na reorganização das entidades sindicais. Com as eleições da Contag em 1967, algumas mudanças começaram a ocorrer. Esse é o ponto de partida deste trabalho, que busca entender como se deu a atuação do sindicalismo rural entre 1964 e 1979, em suas esferas municipal, estadual e nacional. Analisamos ainda como essa estrutura sindical se articulou com os conflitos de terra ocorridos na região da Baixada, estado do Rio de Janeiro. Nossas análises encerram-se em 1979, quando ocorreu o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da Contag. Para desenvolver este trabalho, além da bibliografia sobre o tema, foram utilizadas a análise documental e a história oral.

Palavras-chave:

Brasil – História – Ditadura Militar, 1964-1985
Trabalhadores rurais – Brasil – sindicatos
Conflito agrário – Rio de Janeiro (estado)

Este texto resulta do trabalho de final de curso de graduação em História, desenvolvido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Santana. Uma versão deste trabalho foi apresentada em 2009 no XXV Simpósio Nacional de História, em Fortaleza.

I

A opinião de que a Baixada era uma região bastante crítica, no que se refere aos problemas no campo durante os anos 1950 e início dos 1960, foi comum entre as pessoas que vivenciaram essa situação, conforme indicou Grynszpan.¹ As ações de despejos por terra constituíam-se como o principal problema enfrentado pelos trabalhadores do campo, nessa região.² Em geral, essas ações eram empreendidas por grileiros que, diante da valorização dessas terras, desejavam sua posse com objetivos especulativos. Como resposta aos despejos, os lavradores organizaram ações de resistência, inicialmente concentradas na região da Baixada, mas que se irradiaram para outras áreas fluminenses. A principal reivindicação destes trabalhadores era a desapropriação das terras em litígio.

É nesse contexto que, por meio de mobilizações, o campesinato ganha reconhecimento político e as primeiras organizações camponesas são fundadas no Rio de Janeiro. Os sindicatos e as associações civis foram as principais formas de organização dos trabalhadores do campo, no âmbito municipal, entre 1945 e 1964 na região fluminense. Os primeiros representavam os trabalhadores que de alguma forma eram considerados assalariados, como colonos e moradores. Já as associações destinavam-se àqueles que tinham acesso à terra, como posseiros e meeiros, e lutavam principalmente contra os despejos, aumento das rendas, entre outras reivindicações.³ No âmbito estadual, destacaram-se as federações de trabalhadores rurais, no caso do Rio de Janeiro a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ). Nacionalmente existiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do

- 1 Baixada, neste trabalho, orienta-se pelo sentido que Grynszpan atribui ao termo e designa a área que compreendia as regiões de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeira de Macacu, municípios que, apesar das suas diferenças, “estiveram submetidos a alguns processos semelhantes e, em seu conjunto, pela recorrência dos despejos, bem como as formas pelas quais os lavradores a eles reagiram”. Mário Grynszpan, *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987, p. 21.
- 2 Os termos “camponês”, “campesinato”, “lavrador”, “trabalhador do campo” e “trabalhador rural” neste trabalho são usados de forma genérica, com o sentido amplo de conjunto das camadas populares do campo.
- 3 Leonilde Sérvolo de Medeiros, *História dos movimentos sociais no campo*, Rio de Janeiro, Fase, 1989, p. 26.

Brasil (Ultrab), criada em 1954, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), fundada em dezembro de 1963 e que existe até hoje.

Como afirma Medeiros, o período entre os anos de 1945 e 1964 foi um “momento em que começaram a vir à luz diversos conflitos no campo e em que se procurou, pela primeira vez, dar-lhes uma articulação maior, através de bandeiras de lutas comuns”.⁴

Se há referência a diversos casos de conflitos envolvendo os trabalhadores do campo na década de 1950, foi principalmente no início dos anos 1960 que a mobilização do campesinato se intensificou e ganhou novos contornos. Nesse momento, “as lutas no campo estenderam-se, intensificaram-se, e ganharam tons de radicalidade”.⁵ Grynszpan caracterizou a situação no campo fluminense no início dos anos 1960 como um “barril de pólvora prestes a explodir”. Segundo o autor, a partir de 1963 ocorre uma intensificação das lutas nessa região, ao mesmo tempo em que se verifica e ganha articulação a ação contrária dos proprietários de terras. Junto a isso, a atitude rígida assumida pelo judiciário fluminense, com alguns juízes dispensando um tratamento hostil aos lavradores por meio da execução de ações de despejos ou por meio do enquadramento de lideranças camponesas na Lei de Segurança Nacional e a permanente indefinição das desapropriações realizadas pelo governo estadual agravaram ainda mais a situação dos conflitos.

A questão agrária ganhava centralidade nesse momento. Segundo Palmeira, “A ‘agitação camponesa’ foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio de propriedade, buscar apoio social ao seu projeto”,⁶ sobretudo após o “anúncio feito pelo presidente João Goulart, em 13 de março de 1964, de sua intenção de executar uma reforma agrária à margem das rodovias federais”.⁷

4 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 13-14.

5 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 62.

6 Moacir Palmeira, “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”, in: Vanilda Paiva (org.), *Igreja e questão agrária*, São Paulo, Loyola, 1985, p. 43.

7 Osvaldo Heller da Silva, *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*, Curitiba, Rosa de Bassi, 2006, p. 276.

II

Com o golpe civil-militar de 1964, as lutas no campo sofreram um refluxo.⁸ Lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas pelo exército e por organismos policiais do Estado. Outros fugiram ou se exilaram. Terras desapropriadas foram devolvidas aos seus supostos antigos donos e o medo tornou-se um componente na vida dos trabalhadores rurais, que nesse novo contexto não tinham apenas a violência dos proprietários e grileiros para se preocupar, mas também do governo que se instalou. Sobre esse momento, Pureza diz: “A repressão foi implacável com os trabalhadores rurais e sua liderança. Acusaram nosso movimento de subversivo, prendendo e perseguindo nossos companheiros. Muitos sindicatos foram impedidos de funcionar”.⁹ Outro depoimento significativo é de Bráulio Rodrigues da Silva, que tinha como sua principal área de atuação a região da Baixada.¹⁰ O líder camponês nos fala sobre os seus passos no imediato pós-golpe:

Eu saí e subi para uma serra na fazenda São Pedro, onde há uma pedra que é quase uma casa. Ela é funda, não tem saída, só tem entrada. Eu passei ali quatro noites, sem poder comer, sem poder beber, sem nada. De vez em quando, eu saía para apanhar uma banana, uma coisa assim, num sítio que um companheiro tinha lá. Mesmo assim, escondido, com medo de ele achar que era um ladrão de banana e me dar um tiro, porque eu não tinha nem como entrar em contato com ele. Depois eu contei a ele esse caso.¹¹

Contudo, a repressão ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), após o golpe, não significou o desaparecimento das lutas no campo. É verdade que alguns sindicatos foram cassados, mas outros continuaram a existir, seja sob intervenção ou ainda mantendo a sua

8 Fico, com base em Dreifuss, afirma que em 1964 o que se viu foi consequência de um movimento civil-militar, a partir da articulação entre uma burguesia multinacional associada e grupos militares, e não um golpe unicamente das Forças Armadas. Carlos Fico, “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, *Revista Brasileira de História*, 24, 17 (2004), p. 29-50.

9 José Pureza, *Memória camponesa*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1962, p. 91. Pureza, importante liderança camponesa no pré-1964, foi um dos fundadores e dirigente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro.

10 Bráulio Rodrigues da Silva foi um importante líder das lutas pela terra no Rio de Janeiro. Foi dirigente da Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), criada em 1959, e após o golpe foi perseguido e preso diversas vezes, voltando a atuar nos movimentos sociais em meados dos anos 1970. Bráulio Rodrigues da Silva, *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro, Mauad X, Seropédica, EDUR, 2008.

11 Silva, *Memória da luta*, p. 43-44.

diretoria. Isso ocorreu porque, para o regime que se constituía, pautado inicialmente em um discurso reformista e liberal, não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas lhe dar outra direção, coerente com os novos tempos.¹² Os depoimentos indicam que grande parte dos sindicatos fluminenses sofreu intervenção. Raimundo Leoni dos Santos relata que o Sindicato dos trabalhadores rurais (STR) de Itaboraí, reconhecido em novembro de 1963, não teve nem a oportunidade de iniciar seus trabalhos e já foi fechado após o golpe, tendo alguns de seus representantes sido presos, enquanto outros fugiram.¹³

A intervenção sobre as organizações sindicais dos trabalhadores rurais foi conduzida a partir de um acordo entre militares e circulistas,¹⁴ que nomearam Juntas Governamentais para dirigir as organizações sindicais.¹⁵

Podemos entender esse acordo entre militares e os Círculos Operários como parte de uma aliança mais abrangente, envolvendo militares e setores da Igreja Católica que apoiaram o golpe de 1964. No Rio de Janeiro, coube ao padre Carvalho, assistente eclesiástico da Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF), nomear as novas direções sindicais. A FCOF apoiou a Fetag/RJ, oferecendo-lhe infraestrutura e orientação nas suas ações.¹⁶

O trabalho da Junta Governamental nomeada pelo padre Carvalho para a Federação parece ter centrado sua atuação inicialmente na preparação da eleição para a sua diretoria, convocada para 1965.¹⁷ Essa

12 Medeiros, *História dos movimentos*.

13 Nascido no estado de Alagoas, Raimundo veio para a cidade do Rio de Janeiro com doze anos, onde morou em algumas favelas. Quando tinha vinte e seis anos Raimundo foi para a área rural do Rio de Janeiro e assim acabou chegando em Itaboraí em 1963, onde começou sua atuação política nas lutas pela desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte. Ao longo dos anos 1960 e 1970, Raimundo participou do STR de Itaboraí e da direção da Fetag/RJ, no período entre 1977 e 1980.

14 O movimento dos Círculos Operários, surgido no início da década de 1930, estava diretamente ligado à Igreja Católica e era marcado por seu caráter de ordem assistencialista, paternalista e conciliatório. O circulismo foi a experiência-piloto da Igreja no meio operário. Pretendia remediar as condições de pobreza em que viviam os trabalhadores ao mesmo tempo em que desqualificava qualquer possibilidade de mudança social pela via da ruptura, deslocando todas as questões do mundo do trabalho para a esfera da cooperação.

15 Rudá Ricci, *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, apud Fernando Henrique Barcellos, *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Cultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

16 Barcellos, *Ação sindical*.

17 Barcellos, *Ação sindical*.

eleição serviu para legitimar, pelo voto, a diretoria nomeada no pós-golpe e indicar que se vivia uma situação de normalidade democrática na Federação.

Após as eleições, o trabalho na Federação centrou-se na reorganização dos sindicatos fechados. Este parecia ser a única tarefa viável em um contexto de forte repressão por parte do governo. As reivindicações, resistências e grandes bandeiras de luta do sindicalismo dos trabalhadores rurais foram “abandonadas” por um tempo, pois não era possível esse tipo de ação neste momento.

De acordo com depoimentos, o trabalho de reestruturação dos STRs encontrou algumas dificuldades, como: a reação negativa dos trabalhadores rurais à retomada dos sindicatos, pois temiam que a repressão por que passaram no momento do golpe se repetisse; a não participação de antigas lideranças dos trabalhadores rurais, pois, sem as pessoas que os trabalhadores conheciam e confiavam, ficava mais difícil as mobilizar; e a vigilância e repressão do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sobre os sindicatos e Federação em diversos momentos.¹⁸

Com a dificuldade para retomar ou fundar novos sindicatos, a Federação precisou adotar uma estratégia que lhe permitisse ganhar a confiança dos trabalhadores. Dessa forma, em alguns casos, eles passaram a investir na ação junto às bases através de atividades informais de conversas e pequenas reuniões, com o objetivo de mobilizar os trabalhadores para as atividades no MSTR. As conversas eram individuais, de casa em casa, e foi assim até ser viável a convocação de uma reunião maior com os moradores de uma determinada região.¹⁹

O processo de intervenções que se abateu sobre sindicatos e federação atingiu também a Contag. Após o golpe, a confederação sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, alijando dirigentes comunistas de seus cargos, pondo em seu lugar católicos circulistas, como é o caso de José Rotta, que ocupou o cargo de presidente da confederação até 1968.²⁰ Com

18 A experiência dos antigos líderes sindicais poderia contribuir fortemente para a retomada dos trabalhos nos STRs, como ficou indicado em algumas entrevistas.

19 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista concedida a Leonilde Sérvolo de Medeiros*, 26/10/1982.

20 Medeiros, *História dos movimentos*.

seis federações já organizadas, a intervenção sobre a Contag foi suspensa em 1965 e as eleições convocadas, legitimando os interventores pelo voto.²¹

Medeiros avalia a ação dos trabalhadores no pós-golpe. Para a autora, parece que, onde os sindicatos se reestruturaram, suas ações se destinaram basicamente em garantir alguns direitos conquistados pelos trabalhadores no pré-golpe. Em locais onde os conflitos de terras existiam, quando o sindicato agia era buscando garantir que os trabalhadores permanecessem na terra, seja através de ações na justiça, seja por meio do pedido de desapropriação da área, com base no Estatuto da Terra. Contudo, uma ressalva é necessária e ela é feita por Medeiros:

Essas práticas, no entanto, eram extremamente pulverizadas, localizadas e estavam longe de constituir um padrão de ação sindical. A maior parte dos sindicatos existentes no país, na segunda metade dos anos 60, não se constituíram em um referencial para as demandas dos trabalhadores.²²

III

Se no imediato pós-1964 os trabalhos no MSTR pareceram muito mais dedicados a uma reestruturação do movimento sindical, sobretudo através de suas entidades de representação – sindicatos, federação e confederação –, a partir de 1967 sua linha de atuação passou por algumas mudanças.

Podemos apontar como um elemento importante nessa transição a eleição para a Contag em 1967, quando um grupo de oposição à diretoria em exercício se estruturou.²³ Liderada por José Francisco da Silva, a chapa oposicionista venceu o grupo de José Rotta pela diferença de um voto. A ideia de “retomada” da Contag a partir das eleições de 1967, entretanto, é relativizada por Tavares (1992), para quem a liderança pernambucana, que venceu as eleições, havia optado por uma estratégia de penetração na

21 Trata-se das federações de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Medeiros, *História dos movimentos*.

22 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 90.

23 Ricci, *Terra de ninguém*.

estrutura da Contag, participando desde 1965 da chapa formada pelo interventor.²⁴

Se a ideia de ruptura não é a mais adequada para se referir a este momento, também não podemos deixar de considerar que algumas mudanças aconteciam na Contag. A chapa vencedora passou a tentar reorganizar o sindicalismo rural no país, “com base nas bandeiras enraizadas nas lutas dos trabalhadores: defesa dos ‘direitos’, demanda por reforma agrária e previdência social”.²⁵

A “retomada” da Contag parece ter provocado grande repercussão na Fetag/RJ. Segundo Raimundo Leoni dos Santos, foi a “virada” da confederação, em 1967, que permitiu também uma transformação na federação.²⁶ Foram as alianças estabelecidas entre federação e confederação, estruturadas, sobretudo a partir da ida de dois antigos dirigentes da federação para a direção da Contag, que permitiram à Fetag/RJ ampliar sua força política e os sindicatos reconhecidos.

Na nova conjuntura não se tratava apenas de reestruturar os STRs no estado do Rio, mas também de lutar pela defesa dos interesses do campesinato, reivindicando-se melhorias na condição de vida, com mais direitos trabalhistas e resolução dos problemas de despejos, por exemplo. Esse movimento parece ter se orientado conforme ocorreu na Contag, privilegiando as vias legais de lutas e o diálogo.

A mudança de postura da federação representou também uma mudança de atitude dos militares em relação à Fetag/RJ. Se antes se vivia uma situação de aparente tranquilidade, a partir de 1967 e 1968 o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) iniciou uma série de perseguições no campo.²⁷ A mudança de linha de atuação do MSTR coincidiu com o momento em que o regime militar intensificou suas práticas

24 Ricardo Tavares, *Contag, da ditadura à transição - memória social e construção política do campesinato*, Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 1992, apud Barcellos, *Ação sindical*.

25 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 92.

26 Raimundo Leoni dos Santos, *Entrevista concedida a Leonilde Sérvolo de Medeiros*, 25/05/1982. Nascido no estado de Alagoas, Raimundo veio para a cidade do Rio de Janeiro com doze anos, onde morou em algumas favelas. Aos vinte e seis anos Raimundo Leoni dos Santos foi para a área rural fluminense e assim chegou em Itaboraí em 1963, onde começou sua atuação política nas lutas pela desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte. Ao longo dos anos 1960 e 1970 Raimundo participou do STR de Itaboraí e foi da direção da Fetag/RJ no período entre 1977 e 1980.

27 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista*.

repressivas, em 1968. Sendo assim, conjuntura política e mudança da linha de atuação do sindicalismo rural parecem ter confluído e provocaram uma atitude mais repressiva do exército sobre os trabalhadores rurais.

Acácio diz que o Ato Institucional número 5 (AI-5) foi no campo uma “ducha de água fria”, pois ocorreu “quando o negócio estava melhorando, o pessoal se preparando para exigir alguma coisa”. A prisão de Agostinho e Acácio significou também uma retração no MSTR fluminense, pois assustou os trabalhadores e sindicatos, que pararam suas atividades imediatamente. O trabalho só voltou a ser feito quando eles foram soltos e disseram que suas prisões havia sido um equívoco.²⁸

A repressão e vigilância militar continuaram sobre a federação. Acácio conta um episódio em que o exército fez uma “batida” na Fetag/RJ. Eles pediram que tudo fosse deixado aberto, inclusive o cofre, quando os funcionários fossem embora, pois fariam uma vistoria no local. Acácio narra que pediu ao militar que ele assinasse um documento dizendo como havia encontrado o local. Depois de conversarem, Acácio e os militares resolveram fazer a vistoria com os funcionários ainda na federação. Os objetos por eles recolhidos, como documentos e revistas, foram listados por Acácio em um documento, assinado pelo capitão do exército, comprovando que ele levaria aquele material.²⁹

Com isso, vivendo um momento de forte repressão as suas entidades, restou aos dirigentes sindicais atuarem nas “brechas” desse movimento, fazendo o que era possível e viável para a defesa dos trabalhadores rurais. Assim, em 1968, o trabalho da federação junto ao sindicato passou a ser fundamentalmente de defesa jurídica dos trabalhadores. Cada advogado ficava responsável por trabalhar com alguns sindicatos. Onde não existiam sindicatos, a defesa dos trabalhadores se fazia conforme eles demandavam da federação. O campo jurídico passou a ser um importante espaço de luta para os trabalhadores, pois só assim eles conseguiam evitar alguns despejos, já que a resistência nas terras não era uma tática viável no período, devido a grande repressão. Nesse momento, existiam cerca de dez advogados na federação.³⁰

28 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista*.

29 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista*.

30 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista*.

IV

Por volta também de 1968 começou na federação um trabalho de caráter educativo junto aos trabalhadores rurais. Após ter reestruturado os STRs, fez-se necessário preparar dirigentes para atuar nos sindicatos reconstruídos. Para tanto, criou-se um Centro de Formação e Estudos Sindicais Rurais (Cenfesir), adquirido na época com o objetivo de realizar cursos para preparar dirigentes sindicais, secretários, presidentes e tesoureiros. A formação sindical de lideranças era vista como fundamental para a melhoria dos quadros e para o desenvolvimento do MSTR no Rio de Janeiro.³¹ Se num primeiro momento os cursos oferecidos pela federação visavam atender principalmente as lideranças sindicais, posteriormente, os cursos foram oferecidos também para os associados dos sindicatos.

O trabalho dos cursos foi muito perseguido pelo exército, que achava que eles eram feitos no sentido de preparar as pessoas para a guerrilha. Algumas vezes Acácio teve que acompanhar os militares até os locais onde os cursos eram realizados, o que gerava uma desconfiança por parte dos trabalhadores, deixando Acácio em um impasse. Mas antes de seguir para os locais do curso, Acácio normalmente dirigia-se até a federação, onde avisava a outro dirigente sobre a visita que faria com o exército nos locais do curso. Ele conta que esse companheiro pegava um táxi e seguia rápido para o local do curso para avisar da visita antes que eles chegassem lá.³² Esse depoimento, além de mostrar como em diversos momentos os militares estavam presentes vigiando o trabalho na Fetag, indica também as saídas que os dirigentes encontravam para driblar a repressão.

O exército tinha por objetivo, com estas visitas, conhecer o que estava sendo ensinado nos centros de formação. O curso preparava os trabalhadores para atuarem em situações de lutas, de conflitos por terra, mas por ocasião da presença dos militares isso não era discutido nem comentado. Nessa situação eles diziam para o exército que a base do curso era o estudo da legislação referente ao mundo rural, como o Estatuto da Terra.³³ Mais

31 Um movimento semelhante ao que aconteceu na Fetag/RJ ocorreu também em âmbito nacional através da direção da Contag. José Francisco da Silva, ainda em 1968, então presidente da Contag, implantou um programa educacional de lideranças sindicais, inspirada na metodologia do Movimento de Educação de Base (MEB).

32 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista*.

33 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista*.

uma vez encontramos pistas, nessas entrevistas, de algumas das estratégias criadas pelos trabalhadores rurais que pudessem lidar e driblar a repressão do exército.

Apesar de todo esse trabalho no período em que Acácio foi presidente da federação, ele nos diz que não houve muitos delegados sindicais formados.³⁴ Uma das dificuldades para esse tipo de trabalho relaciona-se a uma particularidade do estado do Rio de Janeiro. Como os trabalhadores rurais moravam perto de um grande centro urbano, isso provocava uma grande rotatividade dos trabalhadores na área rural, pois, se a situação de trabalho na área rural estava difícil, o trabalhador seguia para áreas urbanas próximas em busca de outros trabalhos. Pelos depoimentos consultados, encontramos referência a alguns casos de trabalhadores que se empregaram no setor da construção civil em casos como este. Além disso, para Acácio, não havia muita consciência sindical das pessoas. A explicação para isso, de acordo com o entrevistado, seria também a rotatividade de trabalhadores no meio rural. Além disso, as antigas lideranças sindicais foram perseguidas e seu destino passou a ser desconhecido por todos. Isso parece ter desmotivado os trabalhadores rurais, que não queriam ter o mesmo fim das antigas lideranças.³⁵

Outra questão de destaque entre as reivindicações dos trabalhadores rurais fluminenses, nesse período, trata-se da demanda pela inclusão da categoria na previdência social. O Estatuto do Trabalhador Rural instituiu as bases para a previdência em 1963, mas somente após quatro anos ela começou a ser implementada como assistência médico-social. Sua efetiva instituição se deu apenas em 1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalho Rural (Funrural), que abrangeu questões de “aposentadoria (por velhice ou invalidez), pensão, auxílio funeral, serviços de saúde, serviço social”.³⁶ O convênio entre o Funrural e as entidades de classe

34 Acácio foi presidente da FETAG/RJ entre 1968 e 1974, por dois mandatos.

35 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista*.

36 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 96. Antes dessa legislação já havia uma outra, de dezembro de 1970, a Lei de Valorização da Ação Sindical, um decreto presidencial que “estabelecia prioridade para uma política de ação sindical que se propusesse a estimular a participação dos sindicatos, dando maior peso na política social e objetivos de assistência social e assistência sindical. No primeiro caso, tratava-se de instrumentalizar o sindicato para prestar assistência médica e odontológica. No segundo, criavam-se mecanismos para empréstimos financeiros para construção, reforma, ampliação ou aquisição de sedes, escolas, colônias de férias, campos de esporte, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios e cooperativas de consumo; realização de atividades culturais, cursos de legislação social, bolsas de estudo para formação profissional, entre outros”. Medeiros, *História dos*

foi disciplinado em julho de 1971, através de uma resolução que determinava a assistência ambulatorial, desde que as organizações sindicais dispusessem de instalações próprias.³⁷ Com isso, as condições institucionais para que o sindicato assumisse as funções de assistência sanitária e previdenciária foram criadas e tornaram-se, muitas vezes, prática dominante, senão única, tendo em vista que eram reduzidas as possibilidades do sindicato se constituir em instrumento de mobilização, reivindicação e luta dos trabalhadores.³⁸

Se por um lado o sindicato ficou atrelado às práticas assistencialistas, atraindo o trabalhador para o atendimento oferecido, conformando uma imagem vinculada ao Funrural e não à defesa dos seus interesses, por outro lado, em alguns casos, o trabalho de prestação de serviços assistenciais representou um caminho para a educação política do trabalhador: “o momento do atendimento também se constituía numa oportunidade para o esclarecimento sobre os direitos e possibilidades de conquistá-lo. Ao que tudo indica, porém, não foi essa a regra”.³⁹

Mas foi o que parece ter ocorrido no STR de Itaboraí. Raimundo Leoni diz que os trabalhadores rurais se filiavam ao sindicato porque queriam médicos e dentistas e não por querer participar da luta classista. Contudo, mesmo com esse objetivo, a participação do trabalhador era positiva, pois assim ele e outros dirigentes do sindicato faziam com que aquelas pessoas participassem de outras atividades do sindicato e de discussões, e não apenas da assistência médica ou odontológica.⁴⁰ Esse caso é significativo de uma postura que o MSTR precisou ter no momento da ditadura. Diante de crises, repressão ou qualquer dificuldade, era preciso se reinventar e superar as dificuldades.

Um dos problemas enfrentado pelas entidades do Rio com a instituição do Funrural refere-se ao engajamento que os dirigentes dos sindicatos precisaram dedicar aos trabalhos administrativos do novo programa, chegando, em algumas situações, a praticamente perder de vista a

movimentos, p. 97.

37 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 97.

38 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 97.

39 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 97.

40 Raimundo Leoni dos Santos, *Entrevista*.

luta.⁴¹ Com os dirigentes sindicais ocupados com a execução do Funrural, eles tinham menos tempo, ou nenhum, para se dedicarem às atividades políticas, de coordenação das lutas e das reivindicações dos trabalhadores rurais.

V

A análise de alguns documentos da Fetag/RJ nos permitiu compreender um pouco melhor como se dava o trabalho de organização sindical no campo fluminense e com isso seus principais entraves.⁴² É o caso, por exemplo, de um ofício da Fetag/RJ encaminhado à Contag, em que são relatadas as dificuldades pelas quais a federação vinha passando. O documento trata da falta de recursos financeiros da federação e de alguns de seus sindicatos e do surgimento de vários loteamentos em áreas eminentemente agrícolas, devido ao avanço das fronteiras da região metropolitana e do incentivo do estado à pecuária. Esses componentes produziram certo esvaziamento do meio rural, com consequentes prejuízos financeiros para as entidades sindicais. Junto a tudo isso, ocorreu a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, que proporcionou, devido em parte pela construção da ponte Rio-Niterói, uma verdadeira corrida às terras no Estado. Os compradores estavam motivados pela possível valorização das terras e pela busca dos sítios de recreio. Além disso, as alterações no recadastramento rural modificaram substancialmente o enquadramento sindical, o que provocou uma queda significativa na arrecadação sindical. Ao mesmo tempo, diversas outras despesas aumentaram, como contas de luz, água, correio, gasolina e salários.

Outrossim, a federação recebeu informações de que “o Incra não havia lançado as guias de cobrança da contribuição sindical”, o que deixava a federação sem nenhum dinheiro sobre esta fonte. Assim, a federação encontrava-se “sem nenhum numerário em caixa”. Diante disso tudo, a Fetag/RJ recorre à Contag pedindo-lhe um empréstimo “a ser pago com o

41 Acácio Fernandes dos Santos, *Entrevista*.

42 Os documentos analisados neste trabalho constituem parte do acervo disponível no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ), disponíveis em <http://www.ufrrj.br/cpda/nms>.

primeiro crédito a ser feito em nossa conta bancária referente à contribuição sindical arrecadada pelo Incra”.⁴³

Outros documentos enviados pela Fetag/RJ à Contag solicitam intervenção da confederação junto aos órgãos federais em casos de disputas pela posse da terra. Em geral, tratam de áreas com titularidade de terra duvidosa e que são objetos de disputas judiciais.⁴⁴ Verificamos, nesse caso, o importante papel da Contag no sentido de orientar as federações sobre como proceder em suas lutas. Em muitos casos, documentos como estes eram também encaminhados para autoridades do Incra e do governo estadual.

Os ofícios encaminhados pela Fetag/RJ às autoridades geralmente estavam embasados em leis. A federação parecia, com isso, buscar legitimar suas solicitações ou denúncias. Particularmente significativo também é o modo como eles tentam tratar da questão do despejo, não apenas como uma problemática para os trabalhadores do campo, mas como um problema para toda a cidade, seja porque esta depende do abastecimento dos produtos que os camponeses produzem, seja porque, com o despejo, os trabalhadores rurais encaminharam-se para os centros urbanos, provocando um “inchamento” destes, tendo como consequência o crescimento da marginalização e do desemprego. Outro argumento usado de forma recorrente pela federação em seus ofícios às autoridades é o de que a posse das terras em disputa já se prolongava por mais de 20 anos, buscando, assim, fazer valer a lei de usucapião.⁴⁵

No que se refere aos conflitos de terra, na Baixada os litígios existentes eram, em grande parte, continuidade ou desdobramento de conflitos anteriores, principalmente de antes de 1964. Os principais atores envolvidos nessas disputas eram posseiros que se enfrentavam normalmente com pretensos proprietários e grileiros. Há ocorrência também de conflitos envolvendo parceiros e colonos.

A violência foi um elemento presente nos conflitos por terra nessa região. Em alguns casos, além dos posseiros, os advogados e os dirigentes

43 CPDA/UFRRJ, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Sindicalismo Rural, Sistema Contag, Fetag/RJ, Conflitos de terra (MSPP/sr SC.frj.c) , *Of. n° 305/AE/75*, Niterói, 15/10/1975.

44 CPDA/UFRRJ, MSPP/sr SC.frj.c, *Of. n° AJ/218/77*, Niterói, 06/09/1977.

45 CPDA/UFRRJ, MSPP/sr SC.frj.c, *Of. n° AJ/218/77*.

sindicais foram vítimas de ameaças.⁴⁶ A principal reivindicação dos trabalhadores era a demanda pela desapropriação. A essa se somavam outras, de caráter mais imediato. Em geral, as reivindicações obedeciam às instâncias da estrutura sindical, como podemos constatar através dos ofícios analisados.

Outro espaço central de mobilização para o sindicalismo rural se deu no âmbito dos congressos da Contag. Tanto o congresso de 1973 como o 1979 foram importantes locais de articulação e troca de experiência para os trabalhadores rurais. Eles eram precedidos por encontros preparatórios regionais e estaduais, que se constituíram em espaços de mobilização e sistematização das reivindicações do MSTR.

É no Congresso de 1979 da Contag que este trabalho se encerra. Ocorrido em um momento de distensão do regime, com a extinção dos Atos Institucionais e a aprovação da anistia, vivia-se um contexto de euforia em relação ao crescimento dos movimentos sociais e de redemocratização do país. No MSTR isso não foi diferente. O congresso de 1979 é apontado como um momento de retomada das lutas sindicais no campo e oportunidade de atualização das práticas sindicais.

Entre as reivindicações do III Congresso, a reforma agrária permanecia como a grande bandeira de luta para o MSTR, e devia ser ampla, massiva e imediata. A reforma agrária aparecia ainda como condição para a redemocratização do país. Além disso, o encontro reivindicava o cumprimento da legislação trabalhista.⁴⁷ No entanto, novas demandas surgiram nas discussões do congresso. Uma delas refere-se à alteração na legislação sindical, de forma que as entidades representativas dos trabalhadores rurais ficassem livres do controle do Estado. Isso impôs uma mudança qualitativa no teor das reivindicações já históricas. As resoluções do congresso apontavam para a necessidade de se criar uma central sindical que lutasse por um sindicalismo livre e a participação dos trabalhadores do campo na mudança do modelo político.⁴⁸

Esse congresso marcou a adoção de uma nova estratégia de atuação pelo MSTR. A partir dele passou-se a incentivar as lutas coletivas e a

46 Dados obtidos em Medeiros, *História dos movimentos*.

47 Medeiros, *História dos movimentos*.

48 Medeiros, *História dos movimentos*.

pressão direta, assim como a aliança com organizações envolvidas com a luta pela redemocratização e na defesa de interesses populares, como a Igreja. Com isso, buscavam-se vantagens mais imediatas aos trabalhadores, mas também questionar o “modelo econômico” e o “modelo político” em vigor.⁴⁹ Sobre este aspecto, Medeiros diz que com o III Congresso “passou a ser proposta a pressão coletiva, com estímulo à mobilização, à ênfase nas ações de resistência e à valorização das iniciativas dos trabalhadores”.⁵⁰

Essa mudança de fato parece ter começado a se operar, com novos atores surgindo no campo fluminense, com as reivindicações vindas das áreas rurais se renovando, contudo não podemos valorizá-las em demasia. Elas não aconteceram de repente, mas são produto de uma luta que vinha se travando desde a retração do MSTR após o golpe, na luta pela sua rearticulação e desenvolvimento. Por isso, talvez falar em retomada das lutas após o congresso de 1979 seja desconhecer todo um conjunto de ações que existiram numa conjuntura de repressão militar e policial e que desabrocharam na década seguinte.

recebido em 11/2009 • aprovado em 01/2010

49 Palmeira, “A diversidade da luta”, p. 48.

50 Medeiros, *História dos movimentos*, p. 119.